



NEOENERGIA RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ nº 12.227.426/0001-61 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

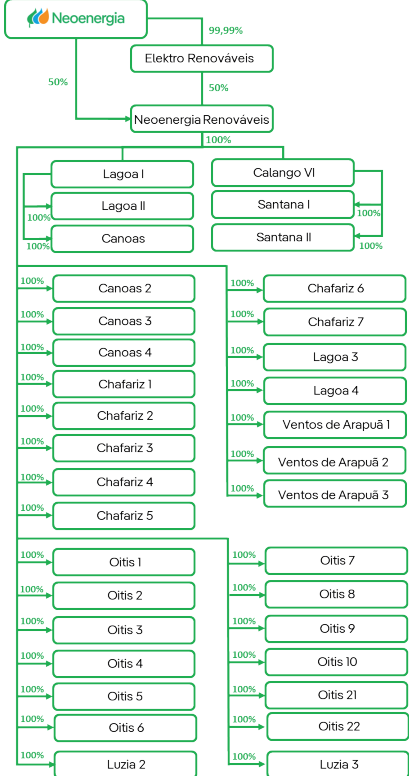
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,
Ao apresentar os resultados de 2024, a Neoenergia Renováveis S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2025, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. NEOENERGIA RENOVÁVEIS

A Neoenergia Renováveis, da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%), atua no segmento de geração de energia eólica e fotovoltaica, e controla diretamente as companhias Calango 2 Energia Renovável S.A. e Lagoa 1 Energia Renovável S.A. A Companhia Calango 6, controla os parques Santana I e Santana 2; e a empresa Lagoa 1 controla os parques Lagoa 2 e Canoas.
Controla também os complexos Chafariz, Oitis e Luzia composto pelas Companhias Chafariz 1 Energia Renovável S.A., Chafariz 2 Energia Renovável S.A., Chafariz 3 Energia Renovável S.A., Chafariz 4 Energia Renovável S.A., Chafariz 5 Energia Renovável S.A., Chafariz 6 Energia Renovável S.A., Chafariz 7 Energia Renovável S.A., Canoas 2 Energia Renovável S.A., Canoas 3 Energia Renovável S.A., Canoas 4 Energia Renovável S.A., Lagoa 3 Energia Renovável S.A., Lagoa 4 Energia Renovável S.A., Ventos de Arapuá 1 Energia Renovável S.A., Ventos de Arapuá 2 Energia Renovável S.A., Ventos de Arapuá 3 Energia Renovável S.A., Oitis 1 Energia Renovável S.A., Oitis 2 Energia Renovável S.A., Oitis 3 Energia Renovável S.A., Oitis 4 Energia Renovável S.A., Oitis 5 Energia Renovável S.A., Oitis 6 Energia Renovável S.A., Oitis 7 Energia Renovável S.A., Oitis 8 Energia Renovável S.A., Oitis 9 Energia Renovável S.A., Oitis 10 Energia Renovável S.A., Oitis 11 Energia Renovável S.A., Oitis 12 Energia Renovável S.A. e Luzia 2 e Luzia 3, conforme esquema abaixo:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Neoenergia Renováveis é controladora direta de 33 parques eólicos e uma central geradora fotovoltaica.
Em 2014, a Neoenergia Renováveis (antiga Força Eólica do Brasil) foi parcialmente cindida, transferindo parte de seu capital para Força Eólica do Brasil I S.A. e para Força Eólica do Brasil 2 S.A. Após a mencionada reorganização societária, a Força Eólica do Brasil I S.A. passou a controlar diretamente os parques eólicos Calango 1, Calango 4, Calango 5, Caetite 1 e Caetite 2; enquanto a Força Eólica do Brasil 2 S.A. passou a controlar a Força Eólica Participações S.A., que por sua vez é controladora dos parques eólicos Calango 2, Calango 3, Caetite 3, Arizona 1 e Mel 2.
Em 2014, venceu mais dois leilões de energia e assumiu o compromisso de construir 6 novos parques, sendo 3 no Rio Grande do Norte (RN) – Calango 6 (30MW), Santana 1 (30MW) e Santana 2 (24MW), com compromisso de geração de 48,9MW médios pelo leilão A-3 de 2014, e 3 na Paraíba (PB) pelo Leilão A-5 de 2014 – Canoas (31,5MW), Lagoa 1 (31,5MW) e Lagoa 2 (31,5MW), com compromisso de 53,9MW médios. Esses Parques assinaram Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) com Distribuidoras de Energia Elétrica.
Em 2017, venceu um leilão de energia e assumiu o compromisso de construir 9 parques que somam 294,5MW de potência, 151,5MW médios de contratos física e 141,7MW médios de energia vendida, cujo início de suprimento previsto no edital é de 01 de janeiro de 2022.
Em 2018, assumiu o compromisso de comercializar no âmbito do mercado livre de energia 6 parques que somam 176,7MW de potência e 85,9MW médios de garantia física, cujo início de suprimento previsto será 01 de janeiro de 2022.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Nota	2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	3	1.032.028	1.013.268	-
Custos dos serviços	(553.064)	(551.637)	-	-
Custos com energia elétrica	4	(225.247)	(265.999)	-
Custos de operação	5	(327.817)	(285.638)	-
Lucro bruto	478.964	461.631	-	-
Perda de crédito esperadas	9.1	(2)	(18)	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(93.440)	(86.029)	(78.142)
Equivalência Patrimonial	10	-	-	213.514
Lucro operacional	385.522	375.584	135.372	139.139
Resultado financeiro	6	(186.952)	(181.063)	7.330
Receitas financeiras		102.713	88.428	11.635
Despesas financeiras		(289.736)	(268.918)	(3.950)
Outros resultados financeiros, líquidos		71	(573)	(355)
Lucro antes dos tributos	198.570	194.521	142.702	146.981
Tributos sobre o lucro	7.1	99.827	(47.540)	155.695
Corrente		(62.553)	(56.353)	-
Diferido		162.380	8.813	155.695
Lucro líquido do exercício	298.397	146.981	298.397	146.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	298.397	146.981	298.397	146.981
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Hedge de fluxo de caixa	197	343	197	343
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	197	343	197	343
Itens que serão reclassificados para o resultado:				
Hedge de fluxo de caixa	1.082	(373)	1.068	(373)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(5)	-	-	-
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	1.077	(373)	1.077	(373)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	1.274	(30)	1.274	(30)
Resultado abrangente do exercício	299.671	146.951	299.671	146.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Neoenergia Renováveis S.A. ("Companhia"), antiga Força Eólica do Brasil S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 30 de novembro de 2011. A Companhia tem o objeto social a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras assim como a prospecção de novos negócios e a atuação no mercado de geração de energia elétrica, incluindo a prestação de serviços nessa área. As controladas da Neoenergia Renováveis (conjuntamente com a Neoenergia Renováveis, o "Grupo") são dedicadas primariamente a atividade de geração de energia elétrica. As informações sobre os empreendimentos do grupo são as seguintes:
Parques eólicos em operação

Empresa	Localidade, estado	Data de autorização	Data de vencimento	Capacidade instalada (MW)	Garantia Física (MW med)
Santana 1	Bodó, RN	14/11/2014	14/11/2049	30,0 MW	17,3
Santana 2	Lagoa Nova, RN	14/11/2014	14/11/2049	24,0 MW	13,1
Calango 6	Bodó, RN	20/11/2014	20/11/2049	30,0 MW	18,5
Canoas	São José do Sabugi, PB	04/08/2015	04/08/2050	31,5 MW	17,7
Lagoa 1	Santa Luzia, PB	04/08/2015	04/08/2050	31,5 MW	18,7
Lagoa 2	São José do Sabugi, PB	04/08/2015	04/08/2050	31,5 MW	17,5
Chafariz 1	Santa Luzia, PB	21/06/2018	21/06/2053	34,65 MW	18,2
Chafariz 2	Santa Luzia, PB	21/06/2018	21/06/2053	34,65 MW	17,4
Chafariz 3	Santa Luzia, PB	21/06/2018	21/06/2053	34,65 MW	17,8
Chafariz 6	Santa Luzia, PB	21/06/2018	21/06/2053	31,85 MW	15,2
Chafariz 7	Santa Luzia, PB	21/06/2018	21/06/2053	34,65 MW	18,3
Lagoa 3	São José do Sabugi, PB	26/06/2018	26/06/2053	34,65 MW	17,2
Lagoa 4	Santa Luzia, PB	26/06/2018	26/06/2053	20,79 MW	10,2
Canoas 2	Santa Luzia, PB	26/06/2018	26/06/2053	34,65 MW	16,3
Canoas 4	São José do Sabugi, PB	26/06/2018	26/06/2053	34,65 MW	16,5
	Santa Luzia e Areia de				
Chafariz 4	Baraúnas, PB	05/02/2019	05/02/2054	34,65 MW	-
Chafariz 5	Santa Luzia, PB	05/02/2019	05/02/2054	34,65 MW	-
	Santa Luzia e				
Canoas 3	São José do Sabugi, PB	05/02/2019	05/02/2054	34,65 MW	-
Ventos de	Santa Luzia, Areia de Ba-	05/02/2019	05/02/2054	24,255 MW	-
Arapuá 2	raúnas e São Mamede, PB	05/02/2019	05/02/2054	34,65 MW	-
Lagoa 3	raúnas e São Mamede, PB	05/02/2019	05/02/2054	34,65 MW	-
Ventos de	Santa Luzia, Areia de Ba-				
Arapuá 3	raúnas e São Mamede, PB	05/02/2019	05/02/2054	13,86 MW	-
Oitis 1	Dom Inocência, PI	29/11/2019	29/11/2054	49,50 MW	26,1
Oitis 8	Dom Inocência, PI	29/11/2019	29/11/2054	49,50 MW	25,5
Oitis 2	Dom Inocência, PI	24/12/2019	24/12/2054	27,50 MW	-
Oitis 3	Dom Inocência, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 4	Dom Inocência, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 5	Dom Inocência, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 6	Dom Inocência, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 7	Dom Inocência, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 9	Dom Inocência, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 10	Dom Inocência, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 21	Casa Nova, BA	24/12/2019	24/12/2054	44,00 MW	-
Oitis 22	Casa Nova, BA	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-

Em 2019, foi aprovada a construção da totalidade do Complexo Eólico de Oitis. O Complexo está localizado nos estados do Piauí e da Bahia com capacidade instalada de 566,5 MW e composto por 12 Parques Eólicos, dos quais dois deles (Oitis 1 e Oitis 8) tiveram 30% de sua energia vendida no Leilão de Geração 003/2019 denominado "A-4" de 2019.

Em 2020, assumiu o compromisso de comercializar no âmbito do mercado livre de energia sua primeira Central Geradora Fotovoltaica localizada no município de Santa Luzia (PB) que somam 149,3 MW de potência. Com entrada em operação comercial no segundo semestre de 2022.

Em 2021, segundo semestre, houve a antecipação das 15 edificações do projeto Chafariz.

Em 2022, segundo semestre, já havia antecipação de 100% do projeto fotovoltaico Luzia e 75% do complexo Oitis com conclusão em 2024, somando mais de 117 MW em potência à carteira das renováveis.

Em 2024, entrada de 100% de Oitis em operação.

A Neoenergia Renováveis S.A. consolida toda a carteira de projetos em desenvolvimento eólico e fotovoltaico do grupo.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2024	2023	Variação %
EBITDA	152.302	147.710	3,11
Resultado Financeiro	7.330	7.842	(6,53)
Lucro Líquido	298.397	146.981	103,02
Margem Operacional (%)	N/A	N/A	N/A
Margem EBITDA (%)	N/A	N/A	N/A
Margem Líquida (%)	N/A	N/A	N/A

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽²⁾	dez/24	dez/23	Variação%
Ativo Total	4.361.212	4.198.756	3,87
Patrimônio Líquido	4.202.557	4.113.387	2,17

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽³⁾ EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/24	dez/23	Variação%
EBITDA/Resultado Financeiro ⁽⁴⁾	(20,78)	(18,84)	10,31

⁽⁴⁾ EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2024	2023	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido (A)	298.397	146.981	151.416	103,02
Receitas financeiras (B)	11.635	9.106	2.529	27,77
Despesas financeiras (C)	(3.950)	(1.471)	(2.479)	168,52
Outros Resultados financeiros, líquidos (D)	(355)	207	(562)	(271,50)
Depreciação (F)	(16.930)	(8.571)	(8.359)	97,53
EBITDA = (A)-(B)+(C)-(D)+(E)+(F)	152.302	147.710	4.592	3,11

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

A Companhia não possui compromissos de dívida com terceiros ou capital de giro a financiar.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores independentes Ltda. (Deloitte), firmado em 30/12/2021 e prazo de 60 (sessenta) meses.

Em 2024, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 17.610,00 referentes à auditoria das demonstrações financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preserva a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Renováveis S.A. ("Neoenergia Renováveis"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Renováveis e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Renováveis.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Renováveis sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais	298.397	146.981	298.397	146.981
Lucro líquido do exercício	298.397	146.981	298.397	146.981
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	252.772	221.454	16.930	8.571
Baixa de ativos não circulantes	469	-	273	-
Equivalência patrimonial	-	-	(213.514)	(212.811)
Tributos sobre o lucro	(99.827)	47.540	(155.695)	-
Resultado financeiro, líquido	186.952	181.063	(7.330)	(7.842)
Alterações no capital de giro:				
Contas a receber de clientes e outros	(19)	(10.670)	-	-
Fornecedores e contas pagar	(94.898)	72.376	(13.619)	94
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	783	684	1.691	(1.409)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(18.970)	(15.869)	(2.327)	(776)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	35.939	2.613	382	(73)
Outros ativos e passivos, líquidos	(9.378)	(4.972)	9.674	(64.971)
Caixa líquidos proveniente das operações	552.220	611.880	21.912	(31.456)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	(171.911)	(105.850)	-	76.358
Encargos de dívidas pagas	(2.694)	-	-	-
Encargos de mútuos pagos	-	-	71.01	(849)
Encargos de mútuos recebidos	588	(849)	601	(849)
Instrumentos derivativos recebidos (pagos), líquidos	103.390	89.126	5.688	4.940
Rendimento de aplicação financeira	(4.483)	(2.148)	(3.718)	(1.198)
Pagamento de juros – Arrendamentos	(44.841)	(41.781)	-	-
Tributos sobre o lucro pagos	-	-	-	-
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	432.269	550.378	131.895	(52.195)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(67.539)	(539.288)	(24.988)	(29.284)
Aumento de capital	-			



nergia e estatutos das controladas da Neoenergia S.A. As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são: • Todo instrumento de dívida denominada ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*; • O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remunerem carteira de aplicações; • A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, incluindo a exposição a variações de preços e cotações de variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL	Operações a termo
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros (incluindo, mas não se limitando ao CDI)	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes às projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos e garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **(a) Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxa de câmbio: A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2024, operações de *hedge* cambial, para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. (ii) Risco de taxas de juros e índices de preços: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, T.JLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívida, rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado e o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. (iii) Risco de preço de *commodities*: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. *Commodities* metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. *Commodities* energéticas: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia como demanda e oferta e recursos, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na cobertura de posições compradas e vendidas em aberto e lastro da energia comercializada. **(b) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos principalmente, mas não se limitando, ao período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro 2024, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de liquidez e financeira (veja nota 13). **(c) Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez. **(d) Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou "não performance" de contrapartes. (i) Risco de crédito de contrapartes comerciais: O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. (ii) Risco de crédito de instituições financeiras: Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

Classificação	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	-	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
BNDES	AAA	AAA	-
BNB	-	AAA	AAA
Citibank	-	AAA	-
Itaú	AAA	-	AAA
Santander	AAA	AAA	-
H5BC	AAA	-	-

1.2 Gestão de Riscos Operacionais: (a) **Risco regulatório:** Os riscos regulatórios são aqueles provenientes de criação ou alteração nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou ainda, sobre a regulamentação ambiental ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, e a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças, descumprimento parcial ou total dos contratos e risco legal ou de fraude. **(b) Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Objeto do Seguro	Moody's	S&P	Fitch
Equipamento	30/06/2024 a 30/06/2025	-	Valor equipamento
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2024	-	9.000
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2024 a 31/05/2025	-	1.260.000
Terrorismo	31/05/2024 a 31/05/2025	-	7.032.603
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2024 a 31/05/2025	-	1.540.000
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2024 a 31/05/2025	-	7.032.603

Os seguros do Grupo são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos, seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as IFRS *Accounting Standards* (IFRS Accounting), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. Na preparação dessas demonstrações financeiras, as controladas são consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que o controle cessa. Todas as transações entre a Neoenergia Renováveis SA e suas controladas diretas e indiretas são eliminadas integralmente. A participação da Companhia nos resultados dos investimentos em coligadas estão incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que influência significativa ou controle conjunto começa, até a data em que cessa influência ou controle significativo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 27 de fevereiro de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas:** As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
31	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.2	Tributos sobre o lucro líquido
9.2	Perdas de crédito esperadas (PCE)
10.1	Imobilizado
14.2	Provisões e outras obrigações

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas eventos cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atenda aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento ("Sale and Leaseback") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado (Reverse factoring), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornam visível o uso de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (IC2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (IC2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Conseqüentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva
IFRS 19 Subsidiárias sem responsabilidade	IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que estas utilizem as IFRS Accounting Standards para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos. Essa norma se aplica somente as entidades que: (i) sua controladora consolida as informações aplicando a IFRS 10 Consolidated Financial Statements e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão.	01/01/2027

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, oriundas pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará à orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	2024	2023
Fornecimento de energia	1.050.967	1.016.806
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	29.046	42.262
Outras receitas	3.268	772
Receita operacional bruta	1.083.281	1.059.840
PIS e COFINS	(45.004)	(42.032)
Encargos setoriais ¹⁾	(6.249)	(4.540)
Receita operacional líquida	1.032.028	1.013.268

¹⁾ Refere-se aos encargos de fiscalização de serviço de energia elétrica (TFSEE).

3.1 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preço, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). b) Estimativas e julgamento crítico: Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	2024	2023
Empreza para revenda	(102.380)	(164.727)
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	(37.556)	(11.507)
Energia curto prazo - PLD (1)	(694)	(483)
Outros	(140.630)	(176.717)
Subtotal	25	118
Créditos PIS e COFINS	(140.605)	(176.599)
Total	(140.605)	(176.599)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(79.759)	(80.401)
Encargos de conexão	(2.100)	(2.053)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(5.272)	(7.194)
Subtotal	(87.131)	(89.650)
Créditos de PIS e COFINS	489	450
Total	(84.642)	(89.400)
Total dos custos com energia elétrica	(225.247)	(265.999)

¹⁾ PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado	
	2024	2023
Pessoal e benefícios a empregados	(5.082)	(49.760)
Serviços de terceiros	(65.195)	(20.897)
Depreciação e amortização	(235.777)	(16.995)
Impostos, taxas e contribuições	(21.539)	(1.965)
Outras receitas e despesas, líquidas ¹⁾	(37.817)	(93.440)
Total	(378.408)	(182.957)

	Consolidado	
	2023	2023
Pessoal e benefícios a empregados	(8.806)	(41.358)
Serviços de terceiros	(40.548)	(31.314)
Depreciação e amortização	(212.883)	(8.571)
Impostos, taxas e contribuições	(23)	(408)
Outras receitas e despesas, líquidas ¹⁾	(23.170)	(4.373)
Total	(285.638)	(86.029)

¹⁾ Refere-se a seguros, vigens a serviço, arrendamentos, receitas não operacionais, entre outros.

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	Controladora	
	2024	2023	2024
Receitas Financeiras			
Renda de aplicações financeiras	103.390	89.126	5.888
(-) Tributos sobre receita financeira	(1.145)	(1.010)	(604)
Atualização de depósitos judiciais	42	292	13
Outras receitas financeiras	46	20	6.338
Total	102.713	88.428	11.635
Despesas Financeiras			
Encargos sobre instrumentos de dívida ¹⁾	(260.396)	(243.405)	-
Atualização de provisões para processos judiciais	(8.668)	(5.935)	(229)
Outras despesas financeiras ²⁾	(20.672)	(19.578)	(3.721)
Total	(289.736)	(268.918)	(3.950)
Outros resultados financeiros, líquidos			
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(51)	-	(51)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	14	-	14
Perdas com variações cambiais e monetárias	(535)	(1.363)	(426)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	643	310	(110)
Total	71	(573)	(355)
Resultado financeiro líquido	(186.952)	(181.063)	7.330

¹⁾ Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e amortização de custos de captação. ²⁾ Inclui juros sobre passivo de arrendamento, comissão de anúncio BNDES, IOF, entre outros.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS

7.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferido são representados pelo imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado	Controladora	
	2024	2023	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	198.570	194.522	142.702
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(67.514)	(66.137)	(48.519)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:			
Benefício tributário s/ juros sobre capital próprio	-	-	-
Resultado de participações societárias	-	-	72.595
Diferença de presunção de base do lucro presumido	35.621	40.707	-
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos (1)	133.332	(20.038)	133.332
Outras adições (reversões) permanentes	(1.812)	(2.072)	(1.713)
Tributos sobre o lucro	99.827	(47.540)	155.695
Alíquota efetiva	50%	24%	110%

Corrente (62.555) (56.353) -
Diferido 162.380 8.813 155.695
¹⁾ Refere-se às adições oriundas da reorganização societária onde a Geração Cill foi incorporada ao Grupo, conforme nota 19.

7.1.2 Tributos diferidos ativos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	Consolidado	
	2024	2023
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	207.769	57.306
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	889	348
Provisões ambientais, para desmantelamento e ressarcimento	17.114	11.479
Perdas estimadas de créditos - Contas a receber	(1)	2
Arrendamentos capitalizados	3.169	95
PLR	2.714	49
Total	231.654	69.279
Ativo não circulante	-	-
Controladora	2024	145.045
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	274	4.648
Diferenças temporárias:		
Provisões ambientais, para desmantelamento e ressarcimento	274	4.648
Arrendamentos capitalizados	3.043	2.685
PLR	2.685	-
Total	155.695	155.695



Controla-das	Participação	Data-base		Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
		Patrimoniais / Resultado	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante			
CHAFARIZ 4	100%	2024	39.083	151.711	11.187	136.261	43.344	2.557	
		2023	32.328	156.656	10.858	136.730	41.396	8.182	
CHAFARIZ 5	100%	2024	28.977	154.252	10.953	141.099	31.177	(386)	
		2023	24.678	159.481	10.714	141.882	31.563	4.609	
CHAFARIZ 6	100%	2024	9.824	122.221	14.295	72.658	45.092	(1.193)	
		2023	6.354	124.652	9.135	74.825	47.046	(3.008)	
CHAFARIZ 7	100%	2024	29.278	150.795	15.378	93.874	70.821	10.661	
		2023	26.326	154.587	10.001	97.238	73.674	3.583	
CANOAS 2	100%	2024	20.176	171.458	18.443	141.722	31.469	(8.473)	
		2023	20.065	176.348	14.885	141.586	39.942	(8.677)	
CANOAS 3	100%	2024	22.961	171.133	11.936	138.553	43.605	(1.116)	
		2023	18.620	176.328	10.895	139.332	44.721	1.389	
CANOAS 4	100%	2024	12.670	170.981	12.706	142.314	28.631	(6.481)	
		2023	12.155	175.918	10.661	142.301	35.111	(5.805)	
LAGOA 3	100%	2024	18.818	166.471	14.890	141.383	29.016	(5.614)	
		2023	16.945	170.990	11.909	141.396	34.630	(3.736)	
LAGOA 4	100%	2024	11.174	88.198	13.107	83.217	3.048	(5.920)	
		2023	10.260	90.196	8.195	83.294	8.967	(4.271)	
VENTOS DE ARAPUÁ 1	100%	2024	12.181	118.330	8.491	98.602	23.418	(3.543)	
		2023	10.996	122.766	7.631	99.170	26.961	(4.56)	
VENTOS DE ARAPUÁ 2	100%	2024	29.497	158.793	11.498	140.144	36.648	1.479	
		2023	23.740	164.652	11.973	140.899	35.520	3.339	
VENTOS DE ARAPUÁ 3	100%	2024	11.194	57.615	5.368	52.925	10.516	(2.302)	
		2023	11.038	59.181	4.132	53.269	12.818	745	
OITIS 1	100%	2024	36.777	204.692	15.503	3.791	222.175	19.435	
		2023	34.583	207.675	32.238	2.664	207.356	26.963	
OITIS 2	100%	2024	22.488	150.437	9.501	66.629	96.795	8.755	
		2023	37.447	154.455	33.794	67.989	90.119	12.078	
OITIS 3	100%	2024	26.678	240.421	14.892	116.610	135.597	18.401	
		2023	24.495	246.671	30.728	118.872	121.566	4.792	
OITIS 4	100%	2024	28.685	253.910	25.211	117.896	139.488	14.885	
		2023	26.546	260.853	39.169	120.092	128.138	6.188	
OITIS 5	100%	2024	24.023	252.612	16.800	118.355	141.480	11.654	
		2023	24.922	272.285	44.074	120.539	132.594	9.018	
OITIS 6	100%	2024	32.586	241.529	13.885	112.797	147.433	20.734	
		2023	40.065	248.134	32.669	115.040	140.490	13.333	
OITIS 7	100%	2024	49.168	243.579	17.480	118.404	156.863	16.749	
		2023	56.793	250.360	31.922	120.861	154.370	15.457	
OITIS 8	100%	2024	37.640	250.655	14.882	115.901	157.512	13.796	
		2023	51.725	256.993	32.693	117.535	158.490	17.289	
OITIS 9	100%	2024	22.640	210.079	25.664	3.567	203.488	18.607	
		2023	14.381	215.777	37.454	3.204	189.300	6.541	
OITIS 10	100%	2024	25.841	228.111	52.196	3.654	198.102	14.289	
		2023	13.475	234.331	57.332	3.268	187.206	2.499	
OITIS 21	100%	2024	30.198	205.838	42.944	3.253	189.839	16.581	
		2023	22.832	211.645	54.374	2.909	177.194	11.074	
OITIS 22	100%	2024	37.214	225.575	16.491	3.645	242.653	23.926	
		2023	29.092	231.962	33.359	3.285	224.410	24.799	
LUZIA 2	100%	2024	24.390	265.111	46.811	4.055	238.614	6.844	
		2023	19.951	269.125	51.734	3.920	233.395	7.153	
LUZIA 3	100%	2024	23.652	240.802	20.194	4.067	240.193	12.582	
		2023	20.509	244.522	21.782	3.960	239.289	13.579	

10.1 Política contábil: Subsidiárias e coligadas: Subsidiária é a entidade na qual a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade (controle). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é detido pela Companhia e a consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Os investimentos em subsidiárias são avaliados pelo método da equivalência patrimonial a partir da data em que elas se tornam sua coligada. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício de forma reflexa ao reconhecimento realizado por suas investidas. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da investida.

11. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

Taxa de depreciação a.a.	Consolidado		Ativos em construção		Total
	Parques eólicos	Construções e terrenos	3,03% a	3,57% -	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.694.224	4.109.308	10.762	244.607	6.668.961
Adições (1)	13.715	-	-	58.476	72.191
Capitalização de gastos (2)	-	-	-	12.046	12.046
Baixas (3)	(196)	-	(187)	(12.691)	(13.074)
Depreciação	(190.721)	(43.953)	(4.839)	-	(239.513)
Transferências entre classes	264.181	(221.431)	17.513	(60.263)	-
Transferências - outros ativos (4)	(767)	(86)	-	(811)	(1.664)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.780.437	453.898	23.249	241.364	6.498.951
Custo	6.447.354	572.617	36.950	241.364	7.298.288
Depreciação acumulada	(666.917)	(118.719)	(13.701)	-	(799.337)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.419.446	960.630	9.259	894.254	6.283.589

Adições (1)	46.226	-	-	530.635	576.861
Capitalização de gastos	-	-	-	27.240	27.240
Depreciação	(197.594)	(14.243)	(3.590)	-	(215.227)
Transferências entre classes	1.425.946	(227.019)	5.093	(1.204.020)	-
Transferências - outros ativos	-	-	-	(3.502)	(3.502)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.694.224	719.368	10.762	244.607	6.668.961
Custo	6.171.720	794.139	28.298	244.607	7.238.764
Depreciação acumulada	(477.496)	(74.771)	(17.536)	-	(569.803)

(1) Valor de 13.715 (46.226 em 31 de dezembro de 2023) é referente a provisão de desmantelamento conforme nota 14.2. (2) Refere-se à provisão dos Filtros Harmônicos, pois, após a finalização da construção do parque, foram executados testes e medições harmônicas, que constataram a não necessidade da implementação dos Filtros. (3) A capitalização de gastos refere-se principalmente a capitalização de pessoal (MOP) e capitalização de contratos de arrendamento em fase de desenvolvimento. (4) Ocorreram baixas de ativos imobilizados em empresas do complexo Chafariz que totalizam R\$ 8,4 milhões.

Taxa de depreciação a.a.	Controladora		Ativos em construção		Total
	Construções e terrenos	Outros	3,57% a	25,00% a	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	712	7.762	233.762	242.236	242.236
Adições	-	-	13.709	13.709	13.709
Capitalização de gastos	-	-	12.046	12,046	12,046
Baixas	-	(187)	(64)	-	(251)
Depreciação	(27)	(4.300)	(7.513)	-	(4.327)
Transferências entre classes	-	17.513	(17.513)	-	-
Transferências - outros ativos (1)	-	-	(20.005)	-	(20.005)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	685	20.788	221.935	243.408	243.408
Custo	830	33.167	221.935	255.932	255.932
Depreciação acumulada	(145)	(12.379)	-	(12.224)	(12.224)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	740	6.723	213.889	221.352	221.352
Adições	-	-	7.409	7.409	7.409
Capitalização de gastos	-	-	18.768	18,768	18,768
Depreciação	(28)	(3.134)	(4.173)	-	(3.162)
Transferências entre classes	-	4.173	(4.173)	-	-
Transferências - outros ativos	-	-	(23.131)	-	(23.131)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	712	7.762	233.762	242.236	242.236
Custo	830	24.517	233.762	259.109	259.109
Depreciação acumulada	(118)	(16.755)	-	(16,873)	(16,873)

(1) (R\$ 20.230) refere-se a transferências de custos para o Complexo Oitís realizadas em NOV/24. Adicionalmente houve uma movimentação de transferências entre intangível e imobilizado no valor de R\$ 225 mil.

11.1 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: A Companhia classifica no imobilizado os ativos tangíveis, com vida útil definida de longa duração, vinculada às operações cujo preço ou tarifa não é controlada pelo poder concedente. Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (impairment). A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados em montante superior aos seus valores de recuperação. Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. b) Estimativas e julgamentos críticos: A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais que representam as vidas úteis estimadas dos bens, estimadas pela Administração da Companhia. De modo geral, a vida útil da obra civil e as torres dos aerogeradores dos parques eólicos possuem 25 anos para as partes móveis e 40 anos para as partes fixas, limitado ao prazo da outorga de operação do parque eólico. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (impairment) destes ativos, quando aplicáveis.

12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

A composição do saldo de fornecedor é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Energia elétrica	47.399	27.873	-	-
Encargos de uso da rede	7.258	26.939	-	-
Materiais e serviços	94.724	201.850	17.967	31.313
Total	149.411	256.662	17.967	31.313

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

13.1 Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo. A dívida líquida é composta como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Agências de fomento	2.987.304	3.043.592
Mercado de capitais (debêntures)	84.235	99.375
Empréstimos e financiamentos (1)	3.071.539	3.142.967
(1) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(895.629)	(850.152)
(2) Títulos e valores mobiliários	(42.156)	(58.721)
Dívida líquida	2.133.774	2.254.094

(1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

13.2 Empréstimos e financiamentos: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), denomina-

das em Real brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subseqüentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros:

	Consolidado	
	2024	2023
Denominados em R\$	3.151.955	3.232.028
Indexados a taxas flutuantes	3.151.955	3.232.028
3.151.955	3.232.028	
(-) Depósitos em garantia	(58.642)	(64.944)
(-) Custos de transação	(21.774)	(24.117)
Passivo circulante	3.071.539	3.142.967
Passivo não circulante	179.584	



17.4 Remuneração da administração (pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não houve remuneração da administração da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pela Neoenergia S.A.

18. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Consolidado			
	2024		2023	
	CA VJORA	VJR	CA VJORA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	57.147	- 836.482	62.362	- 787.790
Títulos e valores mobiliários	20.192	- 21.944	18.251	- 20.470
Contas a receber de clientes e outros	176.800	-	176.779	-
Instrumentos financeiros derivativos	1	567	-	-
Outros ativos financeiros	89.079	-	207.403	-
	343.219	567	858.426	464.795
				- 808.260
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar	149.411	-	256.662	-
Empréstimos e financiamentos	3.071.539	-	3.142.967	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	321
Passivo de arrendamento	26.003	-	13.182	-
Outros passivos financeiros	155.689	-	297.369	-
	3.402.642	-	631	3.420.066
				321

CA – Custo amortizado

VJORA – Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

VJR – Valor justo por meio do resultado

18.2 Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 18.8, (análise de sensibilidade). **18.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” ou “VJORA”):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	836.481	787.790
Títulos e valores mobiliários	21.944	20.470
Instrumentos financeiros derivativos	567	-
	858.992	808.260
Passivos financeiros		
Instrumentos financeiros derivativos	-	321
	-	321

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

18.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”): Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	Consolidado			
	2024		2023	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	3.071.539	3.086.918	3.142.967	3.176.259

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **18.5 Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **18.6 Métodos e técnicas de avaliação:** (i) Empréstimos e financiamentos: O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. As debentures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente. As debentures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensuradas com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livre de risco provenientes de fonte de mercado (B3) e do spread de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de rating. O spread de crédito da Companhia é

ajustado a *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida. (ii) Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que refletem corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. Os contratos a termo são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas na B3 e/ ou no portal da Bloomberg. O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis. **18.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Os contratos de NDF foram negociados em mercado de balcão (*over-the-counter*). Em 31 de dezembro de 2024 não havia valor de margem depositado referente as posições com instrumentos financeiros derivativos. Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge para desembolsos em Dólar:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
NDF					
Desembolso USD					
Termo	US\$ 439	US\$ 1.664	2024 - 2025	430	(250)
Exposição Líquida	US\$ 439	US\$ 1.664		430	(250)

Programa de hedge para desembolsos em Euro: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
NDF					
Desembolso EUR					
Termo	€ 172	€ 1.582	2024 - 2025	137	(71)
Exposição Líquida	€ 172	€ 1.582		137	(71)

18.8 Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objeto de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2024. - Cenário Provável: Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de hedge:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocial)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD	Alta do Dólar	Queda do Dólar		(2.736)	404	810
NDF	Dólar (\$)	Dólar	6,1923	2.736	(404)	(810)
Exposição						
Item protegido: parte de desembolsos em Euro	Alta do Euro	Queda do Euro		(1.138)	163	326
NDF	Euro (€)	Euro	6,4363	1.138	(163)	(326)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde-xador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,65%	966.106	116.851	(17.527)	(35.056)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debentures							
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,87%	(2.714.168)	(224.549)	(20.506)	(41.020)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,97%	(437.787)	(44.273)	(5.234)	(10.467)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Neoenergia Renováveis S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Neoenergia Renováveis S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Neoenergia Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada

por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras s individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2025

Deloitte
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Gabriela Rocha Werberich
Contadora
CRC nº 1 RS 079489/O-4

